

PREÂMBULO

TEMPOS DE CEIFA

Um mundo em convulsão. Poderes do céu e da terra abalados. Cortinas do templo rasgadas de alto a baixo. Somos atingidos, por todos os lados, por acontecimentos escabrosos – impiedosos atentados terroristas, escândalos de violência e corrupção sem fim, radicalismos, sectarismos, guerras, trucidamentos, genocídios, incredulidade, insegurança total, o desassossego permanente, o terror viajante.

Não há como fugir, se alienar, ignorar, sequer impedir. Segundo Freud, o sofrimento humano vem de três fontes: da morte, sempre à espreita, imprevisível; das catástrofes naturais e do outro, do próximo (Livro “O mal estar na cultura”). O sofrimento, dada a nossa existencialidade racional e consciencial, nos é algo inerente. Nossa condição transitória, caminhante, errante nos expõe a desfechos impensáveis, a provas e provações, por vezes, aterradoras.

Princípios das dores. Tempos de ceifa, de apuração dos frutos, em que o machado foi colocado ao pé da árvore.

O pensador polonês Zigmunt Bauman chama este nosso tempo de “sociedade” ou “modernidade líquida”, onde valores, regulamentos, verdades se medem precipuamente pelo interesse econômico e de mercado. Utopias, expectativas, ideais maiores são abandonados, desdenhados. E, em todos os setores, inclusive o religioso, onde campeiam súcias de falsos líderes e sentenciadores ardilosos, com promessas triunfalistas, imediatistas.

Temos dificuldades de identificar e segmentar o que é bom e o que é ruim. Autoridades, governantes e grande número de instituições perderam total credibilidade. A frenética busca pelo prazer descompromissado, pelo poder orgiaco, a adesão a ideologias espúrias, onde interesses, benefícios, gozos sejam instantâneos, instintivos, atingindo a todos os potentados e ungidos de nosso tempo.

A história é recheada de contradições, imprecisões, tragédias, faustos, quedas e também de vultos grandiosos, missionários maiores nos mais diversos níveis da ação humana, pois criam, surpreendem, nos delineiam enredos de uma coletividade, um dia, renovada, depurada, cumpridora da Lei Maior e do mandato de Cristo – instrumentos todos do servir, do amar, da paz, da luz e fortaleza. Embora a dor, a angústia, o sofrimento inenarrável, uma nova fase se vislumbra: de reconciliação, de remissão, renovação, plenitude. Pois tudo acha-se subordinado à Criação e ao Plano Divino no tempo e no espaço. São tempos de consumação da esperança, de certezas da fé testada, de compromissos com a Palavra Eterna.

AO PÉ DA FOGUEIRA

A TEMPESTADE

Certa vez, assim como era de costume, Monsenhor Elói foi celebrar em uma Comunidade Rural. Naquele domingo o sol estava de torrar. A capela era num alto de morro, numa paisagem fantástica, com vista para quilômetros de distância onde, no horizonte longínquo, o céu misturava-se com a terra.

Depois de ouvidos vários fiéis em confissão, conversado com a coordenação da capela, feita a reunião com associados das irmandades de São José, Coração de Jesus, Filhas de Maria e Vicentinos, Monsenhor começou os preparativos para a celebração da Missa.

Ao perceber que a maioria dos fiéis estava fora da capela, assentados num banco à sombra de uma grande e majestosa árvore, Monsenhor solicitou ao Noé que levasse a campainha e a tocasse lá fora num apelo para que todos entrassem e participassem da Missa. Tentativa em vão. Monsenhor mandou então que os líderes comunitários intercedessem. Nada. Por último foi ele mesmo:

- Vamos abreviar. O padre tem outros compromissos na cidade: missa e reunião à noite.

Poucos atenderam ao chamado.

Aflito e já nervoso, entra na capela dizendo:

- Se eles não vêm, nós vamos até eles. Carreguem a mesa de celebração lá para fora. Noé, leve as vestes, livros e oblatas. Vocês vão ver o que vai acontecer. Eles terão que entrar na capela mesmo sem querer.

E a Missa foi celebrada na sombra; o banco, usado pela equipe litúrgica.

Num determinado momento o tempo começou a fechar. Nuvens carregadas, relâmpagos, trovões, antes ao longe, depois quase no meio dos fiéis.

Monsenhor terminou a Missa rapidamente. Noé recolheu seus pertences, guardando-os no fusquinha verde.

Monsenhor despediu-se com um aceno entrando no carro ainda paramentado. Nesse momento, a tempestade já estava terrível: granizo, descarga elétrica, estrondo ensurdecedor e enxurrada quase entrando na capela. O povo corria apavorado e em oração para dentro do templo.

Poucos metros abaixo havia um minúsculo córrego com uma ponte improvisada. Depois de atravessar, Noé olhou pelo retrovisor e ... cadê as tábuas da ponte? A enchente havia chegado e derramado um mar de água onde era o córrego, impedindo a passagem dos motoristas que vinham logo atrás. Mesmo que fossem muito valentes, não se arriscariam na enchente. Retornaram à capela. Até os moradores mais próximos foram impedidos de voltarem para suas casas.

No dia seguinte, pessoas que estiveram presentes na Missa disseram ao Noé:

- Ficamos na capela até a chuva cessar: depois de uma hora da manhã.

Ao se inteirar do fato, Monsenhor comentou:

- Não disse que teriam de entrar na capela mesmo sem querer?!



**Carlita Maria de
Castro e Coelho**

ADIVINHAS

- 1- O que é que quanto maior menos se vê?
- 2- O que é o que é que ao andar deixa um rasto e parado deixa três?
- 3- É uma coisa de três bocas, tem pernas e não tem mãos, quem não a possui dificilmente poderá sair.

Respostas: 1- Escurecido; 2- Carrinho de mão; 3- Calça.

Provérbios e Adágios

- Primeiro, pano de chão para depois ser pano de prato.
- Ganha graxa a primeira mola que range.
- Não se pode, ao mesmo tempo, bater no sino e carregar o andor.

Para refletir:

- É melhor tropeçar com o dedo do pé do que com a língua.
(provérbio africano – swahili)
- Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, respeite as oportunidades e proteja-se contra as ameaças.
(Sun Tzu, 500 a.C, “A arte da guerra”)
- Só com o coração é que vemos o bem. A essência é invisível aos olhos.
(Saint-Exupéry)
- A colheita é comum, mas o capinar é sozinho.
(Guimarães Rosa)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patricia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



Aves observadas



“BICO DE PIMENTA”

Observada na zona urbana, dia 26 de outubro último, uma ave “bico de pimenta”, também conhecida como “batuqueiro”. Ave passeriforme da família Thraupidas, nome científico “saltator atricollis”, que mede cerca de 22/23 cm de comprimento. Possui a máscara e o pescoço anterior pardo-negros; as partes superiores pardacentas com reflexos anilados no dorso e asas; as partes inferiores são cinza amareladas claras. As rêmises são negras com bordos interiores brancos; as retrizes (penas da cauda) são negras, o bico grosso, de cor laranja avermelhado.

Alimenta-se de sementes, brotos de plantas e artrópodes. Confecciona os ninhos nos galhos das árvores e moitas de capim, feitos com raminhos, talos, ervas, capim. A fêmea põe de 2 a 3 ovos com incubação média de 13 dias, sendo 2 a 3 ninhadas por ano. Habita os cerrados, caatingas, matas e campos adjacentes, distribuindo-se por regiões do Nordeste, Centro-Oeste e interior do Sudeste, bem como em países como Bolívia e Paraguai.

TEXTOS E MATERIAL PARA PUBLICAÇÃO

Nosso Boletim é receptivo a textos, material colaborativo que nos são enviados, conquanto atendam os objetivos editoriais, sejam de cunho seletivo memorialístico, cultural, folclórico ou ainda literário com ênfase temática peculiar.

Todo o material – de ordem interna e externa – publicado passa obrigatoriamente pelo crivo da Redação e assim, após acurada análise, aprovado ou não. Temos, ademais, questões de disponibilidade/limitação de espaço e, em especial de custos gráficos que subiram muito ultimamente.

E sobretudo, preocupações éticas, legais, evitando-se abordagens e menções de cunho meramente pessoal, emocional que possam ofender melindres, exposição desnecessária de terceiros, eventualmente mencionados nas matérias a serem publicadas. E lembrando sempre que o objetivo deste periódico é simplesmente o registro da memória local-regional.

PESQUISA HISTÓRICA

As informações que temos sobre a vida, obra, experiências, perspectivas, as lutas enfrentadas por nossos antepassados, os talentos dispendidos – quantos, quicá, desperdiçados - fluem, em geral, pela oralidade ou formalmente, pela documentação. Foram eles dançarinos, atores com seus próprios ritmos e que nos indicaram, nos fizeram/fazem descobrir nossos papéis na coreografia da vida, do mundo, do tempo.

A pesquisa histórica permite, contribui para a visibilidade, a prospecção, o resgate, o reconhecimento do que muito fizeram, da he-

rança que nos legaram e cujos nomes e memória, geralmente, permanecem - se não estudados – no vale silencioso do anonimato e do olvido. Cidadãos e cidadãs destemidos, sonhadores, realizadores, em sua maioria, pessoas comuns, com seu estilo existencial, sua performance social, seus fatos cotidianos e humanos registrados e assim retrata-se uma sociedade, uma época, com seus valores, seus saberes, suas pugnias, seus ofícios, desesperanças, vitórias, alegrias, sofreres, a construção de uma época e de uma realidade.

Necessitamos, pois, refletir – sobretudo valorizar, debruçar – sobre o mundo que a história nos apresenta, nos ensina. Passado que se faz presente, presença, a nos abrir a mente, a extrair preciosas lições existenciais.

É o nosso insistente, tímido bater às portas, aparentemente intransponíveis, que entreabertas, nos fazem realizar ricas descobertas, que nos revelam raízes e alicerces de nossa identidade, nos fazem vencer os próprios temores. O nosso distender a mente, realizando novas descobertas, lições de crescimento, de progresso, de coragem, de elevação do conhecimento e da consciência coletiva.

O ENSINO DE HISTÓRIA

Continua intrigando aos educadores as discussões e propostas “oficiais” quanto à reestruturação curricular do ensino da História. A pretensa, audaciosa proposição de supressão de módulos da “história antiga”, mormente a civilização greco-romana, do conteúdo programático nacional. Diz-se que até a Era Napoleônica está no index. Ao que se deduz, são tentativas e enunciações de viés ideológico, obviamente questionáveis, de se romper com o euro centrismo, ignorando todo o passado que envolve a Antiguidade e Idade Média, justamente onde se acham a temporalidade e as bases do conhecimento e do pensamento ocidental.

Como compreender o presente sem o conhecimento prévio de nossas origens, nossos primórdios?! Na Antiguidade clássica (greco-latina) estão as raízes do direito, das formas de governo

- inclusive o sistema democrático, base da estruturação política moderna - os princípios da ética, cidadania, do pensamento hauridos dos grandes filósofos gregos Aristóteles, Sócrates e Platão, as relações intrínsecas do estudo da história com a filosofia, literatura, sociologia, direito, ciências. Como, pois, formar, construir o cidadão autônomo, crítico, cognitivo, sem o conhecimento e reflexão do pensamento, sem vivência, diálogo, interação processados através do tempo?!

Nada nos impede o estudo e o conhecimento ampliado da história africana, de povos ameríndios e outros tantos até então “subestimados”, como se acha inserido nos currículos, sem porém, nos desconectarmos dos alicerces imemoriais, senão colossais que regem a trajetória e raízes da civilização, desde a Antiguidade.



DONA FLORIANA EUFRASIA

Fazendas do Pombal e São Miguel

Ambas as propriedades rurais – Pombal (entre São Tiago, Resende Costa e Ritópolis) e São Miguel - pertenceram a D^a Floriana Eufrásia da Silva, senhora de grandes posses, consolidada fortuna e inegável prestígio social em nosso meio, na primeira metade do séc. XIX. Seu inventário foi aberto em 08/06/1846, provavelmente ano de sua morte e seus vastos bens avaliados (valores líquidos), então, em 26 :897\$220. Ali são mencionados: Fazenda do Pombal com morada de casas, lavouras, campos, capoeiras, engenhoca, engenho de cana de cilindro, banguês, senzalas etc. Ainda, a Fazenda São Miguel e ermida com 220 alqueires de campo: Casa de morada em São Tiago.

Embora não fosse casada, teve duas filhas (“por fragilidade”, assim declara em seu testamento):

I – Iria Jesuína da Conceição, casada com Flávio José da Silva, capitão da Guarda Nacional e Cavaleiro da Ordem da Rosa;

II – Maria Micaela de Jesus, casada com José Justino da Silva, também capitão da Guarda Nacional. Flávio e José Justino, por sua vez, eram irmãos⁽¹⁾.

No Censo de Fogos de 1831 da Vila de Santa Rita, D^a Floriana, então com 55 anos, tem como moradores, sob seu teto, o feitor José Marcelino (26 anos), além de seu genro Flávio José da

Silva (27a), sua filha Iria Jesuína (18a) e 40 cativos.

D^a Floriana, em seu testamento, diz ser exposita do Pe. Barnabé Ribeiro da Silva⁽²⁾, irmão de Pe. Miguel Ribeiro da Silva. Analfabeta, seu testamento foi escrito a rogo por Francisco Antônio dos Passos. Afirma ela, ademais, ser irmã professa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (São João Del Rei).

Aparece como madrinha de batismo de Umbelina Maria de Jesus, batizada aos 29/07/1810 na ermida do Cap. Joaquim Pinto, Fazenda do Ribeirão. Umbelina era filha de José Antônio dos Santos e Joaquina Maria de Jesus (D^a Joaquina era da família Ribeiro da Silva, de larga influência e poder em toda a região). Foi ela testamenteira, junto com seu genro Cap. Flávio José da Silva, do Pe. Miguel Ribeiro da Silva⁽³⁾ (testamento aberto aos 04/10/1825).

Provavelmente, algumas propriedades dos irmãos Ribeiro da Silva, decerto a Fazenda São Miguel, provenham de concessão de sesmarias. Em 02/10/1793, encontra-se, nesse sentido, despacho do Gov. Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde e 1^o Conde de Barbacena, acatando pedido no termo de Santa Rita.

Em 1856, a Fazenda São Miguel pertencia ao Cap. Flávio José da Silva (+ 1866).



NOTAS

(1) O Cap. Flávio José da Silva tornar-se-ia uma das maiores fortunas da região, com propriedades e benfeitorias diversas em Resende Costa, São Tiago e Ritópolis. Falecido em 1866 (inventário cx. 322 – IPHAN/SJDR. Ver matéria, a esse respeito, no box e ainda no texto anexo da historiadora Amanda Reis, pág. 7, a quem muito agradecemos).

(2) O Pe. Barnabé Ribeiro da Silva era natural de São Gonçalo do Brumado (hoje Caburu) onde foi batizado aos 19/01/1750. Filho do Alferes Antônio Ribeiro da Silva (1695-18/12/1776) e D^a Antônia Maria de Almeida (1714-08/06/1774). Seu testamento datado de 25/01/1822 e aberto aos 01/04/1822 em Formiga, onde era proprietário de inúmeros bens, dentre elas as Fazendas Quilombinho e Retiro da Mata com matas, gado, escravos. Declara ser também devedor de seu irmão Luiz Ribeiro da Silva (já falecido, à época), designando competente ressarcimento à viúva. Era comum, naqueles tempos, sacerdotes acollerem expostos, no caso D^a Floriana Eufrásia.

(3) O Pe. Miguel Ribeiro da Silva, após ter residido em Oliveira, fixou-se na Fazenda São Miguel, próxima à Fazenda Mato Dentro, que era de seu irmão o Alferes Luiz Ribeiro da Silva (+1817). Deixou D^a Floriana como testamenteira e herdeira universal de seus bens “isto como remuneração dos serviços que (lhe tinha) prestado e para a satisfação dos salários de seus escravos e de sua pessoa que tem governado sua casa e tratando-o em todas as suas necessidades”.

A oralidade e ainda historiadores levantam a hipótese de que as filhas de D^a Floriana (Iria e Micaela) tenham como pai o Pe. Miguel Ribeiro, fato comum à época, ainda que a paternidade, obviamente, não tenha sido mencionada em testamento.

CAP. FLÁVIO JOSÉ DA SILVA

Por pesquisas de Amanda Cardoso Reis (in “Trajetória do enriquecimento das elites na segunda metade do século XIX – o arraial da Lage – 1862-1871” Monografia UFSJ), tomamos conhecimento que o Cap. Flávio José da Silva “... era grande possuidor de escravos, com mais de 30 homens cativos, em diversas idades, além de grandes propriedades de terras, como consta em seu inventário no ano de 1866” (op. cit. pág. 13).

Prossegue a pesquisadora, embasada no teor do inventário de Flávio José da Silva – IPHAN/SJDR, Cx. 322): “As casas de vivenda nesta fazenda de São Miguel, com diversas casas de queijos, senzalas, rancho, tenda de ferreiro, paiol, moinho todo coberto de telha, currais e quintal com arvoredos, tudo cercado de pedra, engenho de pilões e de cana com cilindro e todo o mais macame, incluindo dois alambiques, quatro tachos, duas pipas, um parol, quatro caixões, sessenta e duas formas ordinárias, caixas e todos os mais pertences 6.000.000”.

“É importante também destacar que o Capitão Flávio José da Silva era morador da Fazenda São Miguel na freguesia da Lage e deixou como inventariante, sua esposa, Iria Jesuína da Conceição, com quem teve 11 filhos⁽¹⁾ O Capitão também era proprietário de terras na Fazenda dos Pinheiros, Pinhão, Restinga, Grota do Penedo, Capoeira do Mel, Fazenda do Retiro, e outros quinhões menores que circundavam o arraial da Lage. Também era proprietário de casa no arraial de Santa Rita com quintal cercado por pedras que equivaliam a 300\$00 registrados em seus bens de raiz” (id. Pág. 13).



NOTAS:

(1) O casal Flávio José da Silva e Iria Jesuína da Conceição teve os seguintes filhos: I – Maria Inês da Silva c/c Severiano José Rodrigues; II – Lena Cândida da Silva c/c Aureliano José Rodrigues; III – Flávio José da Silva c/c D^a Camila; IV – Cândida c/c José Gomes Carneiro; V – Adelaide c/c Antônio Rodrigues de Almeida; VI – Miguel Arcanjo da Silva c/c D^a Bárbara; VII – Jesuína Cândida da Silva c/c Pedro Esteves dos Santos; VIII – Francisco José da Silva com 16 anos em 1866; IX – Belisário José da Silva, com 14 anos; X – Maria da Natividade com 12 anos; XI – Sabino José da Silva, 10 anos.

Configurações Familiares

Os autores apontam as várias configurações familiares, existentes na Província de Minas, uma sociedade eminentemente patriarcal, mas com a presença relevante de famílias “ilegítimas” ou “fracionadas” ou “fragmentadas” (fruto de concubinatos), portanto à margem da “lei católica”. A tradicional família mineira somente se instalaria, se efetivaria no século XIX, após se ruralizar e assim se legitimarem em termos sociais e religiosos. Havia a prática de mulheres concubinas escolherem os potentados locais para padrinhos de seus filhos, criando-se uma relação social vertical – o “compadrio” -, porquanto a família norteava as escolhas sociais.

Grande, por sua vez, o número de sacerdotes com prole, inclusive em nossa região.

Os casamentos eram, na prática, uma estratégia de negócio e a família uma unidade produtiva; daí as alianças e arranjos celebrados, entre os grupos patriarcais, com ênfase para a consanguinidade e paridade patrimonial. Somente no séc. XIX, com o surgimento da classe média e a urbanização, é que a família tornar-se-ia uma unidade de consumo.

Uma das estratégias, então, eram as uniões exogâmicas, entre famílias da elite econômica, social e política da época. Assim, o casamento das filhas com portugueses (geralmente homens de negócios) ou com membros da elite rural (estes, geralmente, oriundos de núcleos de sertanistas e bandeirantes paulistas que desbravaram e povoaram a região das minas) ou ainda detentores de cargos em instituições políticas estamentárias do Brasil Colonial (companhias de ordenanças, senado da câmara), que conferiam nobreza, qualidade e superioridade social. Constituíam-se assim novas unidades produtivas, objetivando sobremaneira a acumulação de riqueza, a fundação e manutenção de fazendas, a produção agrícola para o abastecimento interprovincial. Os casamentos entre os membros da elite agrária e ainda urbana eram “arranjados”, buscando sempre a preservação da riqueza, do sobrenome familiar e prestígio social, político e econômico.

ILUSTRAÇÃO INTERNET/DIVULGAÇÃO



As famílias da elite escravagista

Geralmente dedicadas à produção agropastoril, voltada para o abastecimento do mercado interno – criavam relações de poder econômico-social, de consolidação/ampliação da fortuna e ainda de busca de prestígio e participação nos cargos públicos e religiosos.

As famílias de abastados, assim, se fortaleciam, mediante estratégias variadas, desde relacionamentos consanguíneos, com pessoas do mesmo grupo social, até alianças matrimoniais fora da parentela, como vimos, em especial com grandes negociantes e filhos de potentados rurais. Buscavam, ademais, uma carreira exitosa, ascendente, com a ocupação, por exemplo, de cargos públicos, eclesiásticos, além da obtenção de títulos e patentes de “capitães”, “tenentes”, “coronéis”. Há que se ressaltar, nesse período, a importância da família como elo de inserção no comércio regional, nas atividades agrícolas e mercantis, criando-se redes de clientela de negócios, envolvendo, frequentemente, enlaces e uniões matrimoniais entre as partes.

O poder da elite escravagista rural passaria por sérias transformações, com a vigência da Lei Eusébio de Queiroz (1850), proibindo o tráfico de escravos e ainda da Lei do Ventre Livre (1871) que instituiu a libertação dos nascituros. Estudos demonstram que, até 1880, a economia mineira dependia, sobremaneira, da mão de obra escrava.

O fim do tráfico negreiro levou os abastados a investir suas fortunas em novos negócios, como a compra de terras, propriedades urbanas e atividades mercantis. Os investimentos em escravos recaíram suas compras em crianças – que passaram a ter preços exorbitantes – num esforço de reprodução endógena, nas só para uso próprio, mas para comercialização de mão de obra cativa.

Em sua obra “Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito” (S. Paulo, Annablume, 2006), a pesquisadora Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira menciona várias escrituras de compra e venda de bens (propriedades, escravos) entre cidadãos da época (1862-1868). A título de curiosidade, mencionam-se registros de transações/compras (fonte: Cartório de Notas 2º Tabelionato de Resende Costa – 1862), feitas por Joaquim Pinto Rodrigues Lara, proprietário então da Fazenda Rio do Peixe, a saber:

- 12/06/1863 – compra do escravo Jubim, pardo, 35 anos e de Frederico, crioulo, 13 anos, valor 500\$00 cada um (Vendedor: Joaquim Antônio de Oliveira).

- 11/06/1864 – compra da escrava Maria, parda, 13 anos, valor 100\$60 (vendedor Antônio José de Oliveira).

E várias outras, inclusive em sociedade com seu irmão Francisco de Paula Pinto Rodrigues Lara, proprietário da Fazenda Palmital. Joaquim Pinto Rodrigues Lara venderia a Fazenda Rio do Peixe em 1879 para o Cel. Antônio Carlos de Oliveira, oriundo de Conceição de Ibitopoca (nosso bisavô).

O Capitão Flávio José da Silva

Amanda Cardoso Reis

Em 08 de junho de 1846, o Capitão Flávio José da Silva, juntamente com sua esposa, Dona Iria Jesuína da Conceição, herdavam a fazenda São Miguel, localizada no distrito de São Thiago, comarca do Rio das Mortes. A fazenda foi deixada ao jovem casal em função do falecimento de Dona Floriana Eufrásia da Silva, senhora de grandes posses e de consolidada fortuna além de inegável prestígio social em São Tiago e região, na primeira metade do século XIX.

O jovem casal era descendente de importantes famílias da região. Dona Floriana Eufrásia embora não fosse casada teve duas filhas, Dona Iria Jesuína da Conceição casada com o Capitão Flávio José da Silva que herdaram a fazenda São Miguel e Maria Micaela de Jesus casada com o também Capitão da Guarda Nacional, José Justino da Silva irmão do Capitão Flávio. Embora não saibamos ao certo o ano do casamento do Capitão Flávio e Dona Iria, o enlace matrimonial desse casal estava inserido no universo de alianças familiares com vistas à perpetuação da riqueza e do prestígio, além de poder das elites mineiras. Essas alianças matrimoniais eram vistas como meio para manutenção e ampliação das fortunas das elites, salientando que se constituíam importantes para manutenção do sobrenome familiar. E de fato, o casal, com o acúmulo de riquezas, conseguiu se manter entre as mais poderosas e influentes famílias da região nas décadas de 1840, 1850 e 1860.

O Senhor Flávio José da Silva recebeu a Patente de Capitão por ser membro da Guarda Nacional e de Cavaleiro da Ordem das Rosas, que é uma Ordem Honorífica Brasileira trazida por Dom Pedro I por volta de 1829, uma ordem de cunho militar e civil.

O Capitão Flávio foi um grande fazendeiro e possuidor de aproximadamente 30 escravos em idades que variavam entre 02 e 60 anos de idade, no Distrito da Lage que fazia parte da Comarca do Rio das Mortes conformando o termo da vila de São José - um distrito com grande apego a escravidão e morada de ricos fazendeiros, onde hoje se localiza o município de Resende Costa. Além do número expressivo de escravos, no ano de 1866, o Capitão Flávio também tinha grandes posses de terra no Distrito da Lage e região. Além de ser o proprietário da Fazenda São Miguel, também possuía a Fazenda do Pinheiro, Pinhão, Restinga, Grota do Penedo, Capoeira do Mel, Fazenda do Retiro que circundavam o Arraial da Lage. No Arraial de Santa Rita o Capitão possuía uma casa com quintal e cercado de pedras. Na Fazenda São Miguel, herdada pelo casal, havia ainda casas de queijo, senzalas, ranchos, engenho de pilões e de cana, dois alambiques além de possuir roça de milho e um arrozal. O Capitão Flávio ainda possuía animais, contava com cerca de 6 burros, 7 bestas, 4 cavalos e 10 éguas com crias e 63 cabeças de gado - entre novilhas, bezerros e vacas.

O casal tivera onze filhos legítimos: seis mulheres e cinco homens. Em 1866, ano do falecimento do Capitão Flávio, sete de seus filhos estavam casados e muito bem casados! Assim, Dona Maria Inês da Silva casada com Severino José Rodrigues; Dona Lena Cândida da Silva casada com Aureliano José Rodrigues; Flávio José da Silva casado com Dona Camila; Dona Cândida casada com José Gomes Carneiro; Dona Adelaide casada Antônio Rodrigues de Almeida; Miguel Arcanjo da Silva casado com Dona Bárbara e Dona Jesuína Cândida da Silva casada com Pedro Esteves dos Santos. Tais enlances matrimoniais faziam parte das estratégias familiares de manutenção da riqueza e poder na região pelos senhores escravistas. Os outros quatro filhos do casal, naquele ano, estavam solteiros e se encontravam com idade entre 10 e 16 anos.

A influência do Capitão Flávio José da Silva pode ser comprovada através da trajetória de sucesso traçada pelo fazendeiro, na riqueza deixada em seus inventários, onde constam que ele era detentor de um número expressivo de escravos, animais e diferentes propriedades no século XIX. Muitas dessas propriedades eram compradas em sociedade, como uma Sorte de Terras no Pinhão comprada em parceria com os herdeiros Aureliano e Severino no valor de 1:207\$000, uma das propriedades mais bem avaliadas no inventário do Capitão Flávio José. Dessa forma ele pode ser considerado parte da Elite Escravista Regional do Distrito da Lage considerando seu "status" e riqueza.

Amanda Cardoso Reis

Graduanda em História pela Universidade Federal de São

João del Rei, UFSJ.

Novembro, 2016

Sustentabilidade econômico-cultural (local-regional)

Nossa região dispõe de amplas tradições culturais, riquezas naturais, bases gastronômicas, artesanais seculares – sem contar os valores da tradicional hospitalidade – que necessitam ser fortalecidas, ampliando-se negócios sustentáveis, em especial nas áreas turística e de serviços em geral.

Há um imenso potencial a ser explorado, envolvendo investimentos de infraestrutura (pousadas, estímulos à agroindústria, ao pequeno produtor rural, ao artesão, ao microempresário, o levantamento de sítios naturais – cachoeiras, trilhas, flora, fauna), bem como a preparação/qualificação de empresários e moradores, no tocante ao bom atendimento aos turistas, à prestação de serviços de hospedagem, alimentação – à base da culinária típica -, transporte, passeios com guias etc.

Tal forma de turismo sustentável, de base comunitária, valoriza a cultura regional, considera/incorpora os fatores socioambientais locais, estimulando o resgate e o fortalecimento do artesanato, da culinária tradicional, da produção caseiro-artesanal – lácteos, doces, licores, biscoitos etc., formando, em suma, uma valiosa cadeia produtiva. Ainda a valorização de moradores, artistas populares como violeiros, contadores de causos, grupos de danças folclóricas. Turistas apreciam a troca de experiências pessoais (bate-papo, com conhecimento da história e da memória local, apreciação da natureza circundante) o que implica em ato de valorização humana e responsabilidade social e ambiental.

Num momento de crise, iniciativas desse porte, além da preservação da cultura, tradições e meio ambiente, da agregação social, gera(m) renda, emprego, em particular da mão de obra local; agrega(m) valor aos roteiros turísticos, dão longevidade aos negócios e obviamente ganhos financeiros. Empresas como pousadas, restaurantes, lojas de solvenirs, sediadas em cidades históricas (Ouro Preto, Tiradentes etc.) contam já com experiências positivas e posturas sustentáveis, incluindo de redução de custos em água e energia (instalação de painéis solares, uso de produtos de limpeza biodegradáveis, a destinação adequada de lixo, em parceria com cooperativas de catadores de papel e recicláveis).

Temos – em cidades de nosso porte, inseridas em circuitos histórico-turísticos, como Trilha dos Inconfidentes, Circuito do Ouro – que desenvolver iniciativas práticas, a esse respeito, ainda que em sistema de consórcio, envolvendo Poder Público e sociedade.

- Levantamento das potencialidades econômicas, culturais e a vocação turística local-regional;
- Investimentos em infraestrutura e gestão sustentável;
- Busca de parcerias – órgãos públicos, ONG's, associações comunitárias, cooperativas, universidades, instituições técnicas etc;
- Qualificação de moradores e empreendedores.

LEI DA MICROEMPRESA



A Lei Complementar 123/2006 ou Lei Geral da MicroEmpresa, modificada pela Lei Complementar 147/2014, foi um grande avanço, por facilitar o acesso das empresas de pequeno porte às licitações, desburocratizando os processos de abertura e fechamento e flexibilizando os recolhimentos tributários.

Necessita ela (Lei da MicroEmpresa), porém, ser adequada, aprovada e regulamentada, a níveis estadual e municipal, de forma a ter aplicação prática, incluindo a elaboração do Estatuto das MPE's.

Faz-se, assim, necessária a capacitação dos gestores públicos – no nosso caso, municipais – objetivando a formação/aplicação do Estatuto (das MPE's), o mapeamento dos negócios locais, planejamento de compras, modelos de edital licitatórios etc. Segundo o SEBRAE, que, há anos, se esforça junto às prefeituras quanto à implementação da Lei das MPE's e a capacitação dos administradores municipais, houve, até o momento, a implantação em 291 municípios do Estado de Minas. O Poder Público tem que estar sintonizado com a legislação, sua modernização e adequação local, o que envolve sensibilidade, assertividade para mudanças, a desburocratização de procedimentos (ex. o uso da Internet para acolhimento de propostas licitatórias, emissão de certidões). Cabe ainda ao gestor público manter e fortalecer relações saudáveis, formativas e proativas com o empresariado, prestando amplas informações aos interessados, organizando treinamentos, seminários; apoiando iniciativas empresariais e negociais locais, porquanto implicam no maior desenvolvimento econômico-social da comunidade.

O Município necessita ainda desenvolver/disponibilizar material em download, divulgando seus números, variáveis demográficas, econômicas, sociais, culturais, ambientais, infraestrutura etc. Uma forma de transparência, autenticidade e interesse da administração, em níveis oficiais, bem como de exibir/caracterizar o ambiente empresarial local, não só para com terceiros, e, ademais, aos atores locais envolvidos e mobilizados na construção do desenvolvimento econômico-social.

Desnecessário dizer – embora algo inócuo, senão perda de tempo ante a realidade ora vivenciada – que o conjunto dessas informações são indispensáveis, fundamentais para o planejamento da ação governamental – Estratégias e Plano(s) de Governo – no fomento/fortalecimento de negócios e ações desenvolvimentistas locais.

THOMAS MORUS – A Dignidade Real

“A principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres, zangões ociosos que se nutrem do suor e do trabalho de outrem e que, para aumentar seus rendimentos, mandam cultivar suas terras, escorçando os rendeiros até a carne viva (...) Eles subtraem vastos tratos de terra agricultáveis e os convertem em pastagens; abatem as casas, as aldeias, deixando apenas o templo para servir de estábulo para os carneiros.

A honra de vosso senhor e sua felicidade consistem na riqueza de seus súditos, mais ainda do que na sua própria. Os

homens fizeram os reis para os homens e não os homens para os reis; colocaram chefes à sua frente para que pudessem viver, comodamente, ao abrigo das violências e dos ultrajes. O dever mais sagrado do príncipe é velar pela felicidade do povo antes de velar pela sua própria, como um pastor fiel deve dedicar-se ao seu rebanho e conduzi-lo às pastagens mais férteis (...)

A dignidade real não consiste em reinar sobre mendigos, mas sobre homens ricos e felizes”

(Excerto extraído do livro – A UTOPIA)



Urbanização e Oportunidades de Negócios

Há uma tendência mundial – e irreversível – no sentido da urbanização. Milhões de pessoas, anualmente, em todo o planeta, deslocam-se para as cidades, que se tornam os motores do desenvolvimento econômico-social, em especial nas áreas tecnológica, cultural e inovadora. Cidades geograficamente bem conectadas (próximas a rodovias, centros de produção agrícola ou industrial) ou que sediam universidades tem atraído grande parte desses contingentes migratórios, além de investimentos.

Importante, senão fundamental, que as cidades sejam favorecedoras/ofertadoras de convívio e interação social, de infraestrutura, espaço cultural, de forma a atraírem, se transformarem em nichos de negócios, oportunidades, inovações, criatividade, atendendo-se às demandas locais, a outros mercados regionais ou globais.

A cidade deve reconhecer sua identidade cultural, econômica, dispor de qualidade de vida, de centro educacional regular, de formação/capacitação de mão de obra, de suportes consistentes nas áreas de saúde, saneamento, infraestrutura adequadas, de modo a tornar-se um polo efetivo e competitivo de empreendimentos. Ou seja, cabe-lhe (a cidade) gerar condições para o desenvolvimento das empresas e negócios, o que envolve a participação de todos os segmentos públicos e privados da coletividade. Ao Poder Público, compete planejamento diretor, incentivos fiscais, logísticos e convencionais (redução da burocracia, da carga tributária, quesitos de segurança, apoio à implantação de incubadoras ou projetos piloto), que possam atrair empresas e investimentos. É de sua competência, ademais, atuação e soluções urbanas quanto à melhoria e eficiência da qualidade de vida, como limpeza, mobili-

dade viária, renovação de áreas degradadas, implantação de espaços culturais e arquitetônicos, recuperação/implantação de áreas verdes e de lazer, permitindo e consolidando a prática do convívio urbano harmonioso.

Necessária a consorciação de todos os capitais possíveis (capital histórico-memorialístico, paisagístico-natural formado pelas tradições locais, sítios, monumentos e riquezas naturais etc. e o capital humano com a qualificação de moradores e eventualmente pessoas oriundas de outras localidades e/ou que nela se estabelece(ra)m).

Temos alertado às autoridades, lideranças e empresários quanto às potencialidades de nosso meio, em particular nossa cidade. A proximidade com grandes centros consumidores, as condições facilitadas de logística e transporte (malha rodoviária), ao lado das vastas tradições culturais e econômicas (gastronomia, agroindústria, artesanato, hortifrutigranjeira), a globalização tecnológica, nos credenciam a tornarmos-nos um pólo produtivo-sustentável, abastecedor potencial da capital do Estado e de outros núcleos urbanos.

As novas gerações buscam/requisitam formas criativas, diversificadas e de valorização da vida urbana. Qualidade de vida é o desejo essencial. Cidades com controle da poluição (industrial, trânsito) e com novo conceito estético-urbanístico. Ruas e praças bem cuidadas, ajardinadas; a existência de áreas de lazer, cultura e de relacionamentos (cafés, museus, bibliotecas, etc.) enfim, o renascimento pelo ambiente urbano, onde hajam espaços e opções de moradia, trabalho, segurança, acesso a serviços de saúde, educação, artes, o que requer planejamento urbano adequado.

O PLANETA TERRA

Propriedade de todos, prosperidade de uns poucos

O planeta Terra – bela, cerúlea esfera azul – levou milhões, bilhões de anos para se formar, moldado magnificamente pelas mãos gloriosas do Divino Oleiro, constituir-se a natureza em toda a sua pujança, harmonia, realeza. Nossa casa comum, a vinha para todos, a “irmandade cósmica” de que nos fala o Papa Francisco, que nos foi dada pela Benevolência Divina para nela nos desenvolvermos com dignidade, qualidade de vida, com respeito, consciência de pertencimento e compartilhamento comuns.



MINÉRIO E QUALIDADE DE VIDA

As atividades mineradoras são enganosas para as comunidades onde se instalam, já o sabemos, há séculos. Uma empresa chega ao local onde foram prospectadas jazidas com valor comercial para exploração. Propagam maravilhas aos moradores – empregos, serviços de saúde, abertura de estradas, escolas, enfim desenvolvimento e bem-estar geral. Negociam concessões junto às autoridades, muitas delas ludibriadas. Conseguem as licenças ambientais. Promessas. Conluíus.

Contratam, de início, um considerável número de pessoas. Desmatam, raspam o solo, destroem a terra fértil até atingirem a rocha mineral (veios). A partir daí, com maquinários possantes e dinamite, passam a extrair o minério. Sítios arqueológicos e monumentos naturais são dilapidados. Um grande número de trabalhadores é dispensado. Os poucos, que restam, recebem salários de subsistência, enquanto ali permanecer a mina, que, um belo dia, sai, deixando ruínas, fantasmas, crateras.

É o início da desilusão, do calvário das comunidades locais. Nascentes foram entupidas ou secaram. Lençóis freáticos e aquíferos destruídos. Reservatórios e cursos d'água contaminados. Todo o ambiente impactado. Danos ambientais irreparáveis. Problemas sociais que se avolumaram com a presença de estranhos: alcoolismo, doenças, prostituição, conflitos, inchaço dos serviços de saúde. Assim, poucos empresários, em curto espaço de tempo, se tornam bilionários, afortunados, à custa do patrimônio natural dilapidado e que a natureza levou bilhões de anos para produzir!

Em suma: autoridades e população seduzidas; recursos naturais do território (localidade) espoliados em benefício de pouquíssimos, que vão gozar fora da região seus lucros; Erosão irreversível; Empobrecimento e decadência. Pouquíssimos lugares fortaleceram/perenizaram suas economias, a partir da exploração de minérios (comodities, exportadas in natura, vendidas a preço de banana para países industrializados). Os chamados royalties recolhidos às prefeituras não passam de migalhas, que, não cobrem os custos, por força da presença ali de mineradoras, com serviços de saúde, saneamento, infraestrutura, estradas etc.

Outro problema dramático, espantoso é o consumo de água pelas mineradoras. Uma mina de ouro de pequeno porte, segundo técnicos, gasta cerca de 250 mil litros d'água por hora (volume gasto por uma família em 20 anos). A Vale dispende milhões de litros d'água, retirados do sangrado solo mineiro, para “empurrar” minério, através de “minerodutos” até os portos do Espírito Santo.

Eis que uns poucos, movidos pela ganância, pela efemeridade da posse, se intitularam donos, saqueadores em sua maioria, apoderando-se de bens renováveis ou não – minerais, águas, flora, fauna, até de seus semelhantes – e tornando-os sua propriedade, lucrativas mercadorias cotadas nos mercados do momento.

Economias que se sustentam ilusoriamente, mediante a predação desenfreada de jazidas minerais, a destruição de florestas e biomas, emanações de gases mortíferos e poluentes, o uso inveterado de agrotóxicos na alimentação, solos, águas e ares envenenados e degradados, confinamento cruel de animais de corte, a exploração imobiliária alucinante, o consumo frenético, tudo alterando os ciclos naturais, levando-nos a uma existência antiética, antiecológica, desumana. Catástrofes à vista ante tamanha violência e crimes contra o homem e a natureza!

Como diz a sabedoria popular: Deus perdoo sempre, o homem as vezes, a natureza nunca perdoo!

Espanta Professor

Professor Julinho, tio de Mons. Francisco Elói, era um conhecido mestre escola de nosso meio, em inícios do século passado. Contratado geralmente, como tantos outros, por fazendeiros mais abastados para ministrar aulas para seus filhos e mesmo crianças das redondezas da propriedade ou povoado. Tempos em que não havia escola pública e o ensino era conferido por professores autônomos, alguns itinerantes e periódicos, que iam de local em local, fazenda em fazenda, outros estabeleciam-se na sede do arraial. Era ele homem de temperamento sóbrio, reservado, tímido, porém supersticioso, visceralmente medroso. Período de muito temor e superstição.

Fora contratado, certa feita, pelo sr. José Eduardo, proprietário de fazenda nos Romeiros, e de quem era compadre, com a missão de alfabetizar os filhos, ainda guris. Ensinava ao longo do dia. Época de muito rigor, disciplina espartana, a prática abominável de castigos físicos, o que indispunha a criançada contra os mestres e gerava horror ao aprendizado e à escola.

Residindo na fazenda, fora-lhe preparado pelo fazendeiro e esposa, D^a Ana Maria, um quarto, ao fundo da casa sede, distanciado da alcova do casal e dos quartos dos filhos. Era costume, naqueles tempos, as donas de casa armazenarem mantimentos, doces etc. acondicionados em latas e distribuídos pelos cômodos da residência. Observava-se um certo número dessas latas guardadas nas prateleiras do quarto do professor, vazias em sua maioria.

Não existia energia elétrica, sendo hábito, ao se deitar, que os anfitriões, munidos de lamparinas devidamente acesas, conduzissem os hóspedes até o respectivo quarto de dormir. Tão logo o hóspede se deitava, retornava o hospedeiro ao interior da casa com a lâmpada à mão, o recinto entregue, doravante, às sombras.

Certa noite, o mestre acorda com um ensurdecido barulho no quarto. Tudo às escuras, não sabia precisar bem, de onde - e de quem - partia a estridente barulheira. Entra em pânico. Passa a orar freneticamente, iniciando-se pelo Pai Nosso, Ave Maria, daí à Salve Rainha, enquanto simultaneamente gritava, a plenos pulmões, pelos donos, que, a essa hora, dormiam a sono solto: - Compadre José Eduardo!... Comadre Dona Ana Maria!... Retornava ao Pai Nosso, ao Credo... "Pai Nosso, que estais nos céus..." "Creio em Deus Todo Poderoso..."

O barulho prosseguia, prolongado. De joelhos, mãos postas, continuava seus rogos: - Valei-me Nossa Senhora!... Ave Maria, cheia de graça... Não terminava as orações, pois lá pelo meio, voltava a gritar, rogar socorro aos proprietários, cujo quarto era afastado do seu. Que, lá pelas tantas, acordam, ao som dos clamores lancinantes do hóspede. São José Eduardo mune-se da lamparina a querosene, vai ao quarto, onde encontra o mestre já lívido, estremunhado, em bagas de suor, a um passo, quiçá, de infarto. Um giro pelo local, rumores vindo da prateleira, uma das latas pululando, balançando e eis um vigoroso rato ali a se debater, tentando, a todo custo, a liberdade. Ali estava a causa de toda a barafunda. Custam a tranquilizar o apavorado mestre e isso a poder de muito chá doce, muitas palavras de conforto.

Obras da criançada, talvez, que, interrogadas, negam terminantemente, terem ouvido os gritos do mestre pela madrugada, bem como de prenderem o rato dentro da lata. Arte, na verdade, da gurizada, avessa aos estudos e às palmadas. O fato é que dali a dois ou três dias, o mestre pedia contas, picando a mula, para alívio da petizada arredia, resistente a aprender as primeiras letras, mescladas essas com xingatórios professorais e dolorosos golpes de palmatória...

